

Você está recebendo o novo Boletim Digital semanal da FENATTEL, que também irá circular com edições extras de acordo com a dinâmica do movimento sindical dos trabalhadores em Telecom.

ANAMATRA entra na briga contra a Terceirização total no STF

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho registrou pedido de ingresso na Ação sobre Terceirização em andamento no STF

O caso da terceirização na Cenibra, que está em repercussão geral, mobilizou entidades comprometidas com os direitos do trabalhador. Agora os trabalhadores ganharam aliados de peso na luta contra a “chamada Lei da Selva” que seria a consequência de uma terceirização total e irrestrita.

Na última quinta-feira, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - Anamatra - registrou pedido de ingresso no recurso com repercussão geral da empresa Cenibra. Este caso trouxe a debate a discussão sobre quais atividades de uma empresa podem ou não ser terceirizadas. De acordo com a Súmula 331 do TST são aceitos terceiros somente em serviços que não estejam relacionadas diretamente às principais atividades da empresa.

A Anamatra apresentou argumentos ao STF em que “compreende que a Súmula 331 concretiza princípios constitucionais de proteção aos trabalhadores e aos direitos sociais, estabelecendo um regime de responsabilidade patrimonial do tomador de serviços”. Segundo o vice-presidente da Anamatra avalia, “este caso não é diferente de outros em que se utiliza a mão-de-obra terceirizada ilegalmente. E é papel das instituições, inclusive judiciárias, assegurar a dignidade da pessoa humana”.

TERCEIRIZAÇÃO:



Para os empresários, as discussões contrárias à terceirização de atividades-fim, em qualquer ramo empresarial, impedem o andamento de seus trabalhos. Esse pensamento evidencia a preocupação do empresário em manter trabalhadores em condições precárias, com salários baixos, jornada semanal superior a de um contratado, para obtenção de lucro. O PL 4.330, suspenso no ano passado, segue tese semelhante, e regulamenta a terceirização de forma irresponsável.

De igual modo, a FENATTEL com-

partilha o posicionamento da Anamatra em relação a este assunto. Somos contrários à liberação geral da terceirização, pois significará a migração de contratos com empregados diretos para terceirizados, o que levará a uma redução da massa salarial.

Nossa luta segue contra qualquer tipo de decisão que desvalorize o trabalho humano e as conquistas já alcançadas.

(Fonte: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA - com base em texto sobre terceirização)

As Eleições e a Terceirização

Milhares de trabalhadores que prestam serviço às empresas na instalação e manutenção da rede de telefonia e na área de teleatendimento são submetidos a salários e condições de trabalho aviltantes.

Isto não tem impacto na qualidade dos serviços de telecomunicações? Claro que sim. Por isso, há bastante tempo o Instituto Telecom vem alertando para a necessidade de uma análise mais profunda sobre a relação entre a qualidade dos serviços de telecomunicações e a terceirização das atividades fins do setor, incluindo aqui a instalação de linhas, aparelhos, fiação interna, equipamentos para recepção de TV por satélite, call center.

No Painel Telebrasil ocorrido no dia 10 de setembro, as empresas divulgaram o documento **“Projeto Brasil Digital Inovador e Competitivo 2015-2022”**, com 30 propostas para os “atuais e futuros formuladores de políticas públicas e reguladores do setor”.

Ou seja, a todos que serão eleitos no próximo dia 5 de outubro. Entre essas propostas está a

que defende uma solução definitiva para a questão da terceirização e redução dos custos trabalhistas.

O quadro que as operadoras desenham como o melhor para elas - e que dizem ser o melhor para o Brasil - é de menos regulação, ou menos Estado, para que o mercado possa literalmente impor as suas regras. Reclamam da definição dos bens reversíveis que inibe investimentos, quando na verdade são bens públicos. E querem uma mão de obra totalmente dissociada da perspectiva de maior investimento em capacitação que resulte em aumento na qualidade dos serviços prestados.

O Conselho Diretor da Anatel, com membros indicados pela presidência da República e sabatinados pelo Senado, precisa ter um posicionamento claro sobre a terceirização e as condições de trabalho dos empregados do setor. É urgente verificar qual o impacto dessa realidade na qualidade dos serviços prestados pelas operadoras.

Portanto, além da eleição

presidencial, é fundamental que fiquemos alerta em relação aqueles que serão eleitos para as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional. Até porque é nesses espaços que passam todos os projetos de lei e futuras leis que impactam todos os setores, incluindo as telecomunicações. É o caso do projeto de lei 4330/2004, menina dos olhos das empresas de telecomunicações porque legaliza, entre outros aspectos, a terceirização nas atividades fins das operadoras de telecomunicações.

Nós, do Instituto Telecom, estamos juntos com a campanha **Banda Larga é um Direito Seu** cobrando a universalização da banda larga. Lutamos por uma nova regulação da mídia que democratize as comunicações em nosso país. E consideramos que combater a terceirização nas atividades fins vai ao encontro do que desejam os trabalhadores e a sociedade, que cobram uma melhor qualidade nos serviços de telecom.

Por Marcelo Miranda do Instituto Telecom



Já está provado que no Brasil, a terceirização e a rotatividade rebaixam salários

Acesse a página do STF e envie sua mensagem contra a terceirização e seus riscos sociais: <http://www.stf.jus.br/portal/centralDoCidadao/enviarDadoPessoal.asp>

Expediente: Órgão Oficial da FENATTEL
- Dir. Resp. Almir Munhoz - Editor: José Luiz Passos API-1874- Redatora Assistente: Niviane Estaravengo - Rua Santa Isabel 160 Centro SP CEP 01221-010